



Repercussões da romanização da Igreja nos anos iniciais da Universidade Católica de Pernambuco

Repercussions of the Romanization of the church during the initial years of the Catholic University of Pernambuco

Newton Darwin Andrade Cabral*

Resumo

No período em que a Igreja Católica vivia um processo conhecido como romanização, no Brasil começaram a surgir Faculdades e Universidades Católicas. Adjetivadas, tais instituições de ensino superior implicavam a alocação de recursos os mais variados por parte do aparelho eclesial, pois a qualificação atribuída era acompanhada da expectativa de um desempenho específico dentro do mais amplo processo de romanização. Este artigo objetiva abordar o contexto eclesial da época e, nele, a compreensão da Igreja acerca da sua relação com a sociedade recifense, tendo como viés a atuação da Universidade Católica de Pernambuco, na cidade, e sua correspondência ao cenário estabelecido. Para escrevê-lo o autor fez revisão da literatura e pesquisa nos arquivos da própria UNICAP e da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus; além disso, recorreu a depoimentos orais de ex-alunos e ex-professores. A análise empreendida permite afirmar que, em sua trajetória inicial, a Universidade correspondeu ao ser católico, se ele for entendido como sintonia com o modelo eclesial predominante na Igreja e ao papel dele decorrente.

Palavras-chave: Igreja católica. Modelos eclesiais. Educação.

Abstract

During the period of time in which the Catholic Church experienced a process known as Romanization, there began to emerge Catholic colleges and universities in Brazil. Once having received the adjective Catholic, these institutions of higher education demanded of the ecclesiastic apparatus the allocation of the most varied resources, because the attributed qualification was accompanied by the expectancy of a specific performance inside the most ample process of Romanization. This article aims at accosting the ecclesiastic context of the time and, in it, the Church's understanding of its relationship with Recife's society, taking as bias the acts of the Catholic University of Pernambuco (UNICAP) in the city and its correspondence to the established scenario. To write it, the author revised the literature and research in the archives of the UNICAP itself and of the vice-province of Northern Brazil of the Society of Jesus; furthermore, he analyzed the oral testimony of former students and teachers. The analysis undertaken allows us to affirm that during its initial steps the university fulfilled the exigencies made for being Catholic, if this term was being understood as being in tune with the ecclesiastic model predominant in the Church at the time and the role corresponding to it.

Keywords: Catholic Church. Ecclesiastic models. Education.

Artigo recebido em 31 de outubro de 2012 e aprovado em 06 de março de 2013

* Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco.
Professor da Universidade Católica de Pernambuco. País de origem: Brasil. E-mail: newtoncabral@terra.com.br.

Introdução

A Universidade Católica de Pernambuco foi fundada aos 27 de setembro de 1951, na culminância de uma trajetória iniciada quando, visando a dar continuidade ao apostolado com os egressos do Colégio Nóbrega, os Jesuítas iniciaram as atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega”, em 18 de abril de 1943. A essa célula inicial foi, depois, acrescida a Faculdade de Comércio e Economia. Posteriormente, para corresponder às exigências então vigentes na legislação e poder ser criada a Universidade, foi incorporada a Escola Politécnica de Pernambuco.

Neste trabalho, são considerados anos iniciais o período compreendido entre abril de 1943, início da primeira Faculdade, e janeiro de 1957, quando o Pe. Francisco Tavares de Bragança, jesuíta, concluiu o seu exercício como primeiro reitor da jovem universidade – a primeira católica criada nas regiões Norte e Nordeste do país.

1 A romanização da Igreja no Brasil

A partir do pontificado do Papa Pio IX (1846 - 1878), a Igreja começou a vivenciar um processo conhecido como romanização. Esse processo estendeu-se até meados do século XX. Tratava-se de considerar como modelo eclesial válido um que tivesse como traços essenciais a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos, o senso de hierarquia eclesial e a preocupação com a doutrinação. Buscava-se, com isso, abandonar uma espiritualidade centrada no culto aos santos – muitas vezes tido como ponto alto de expressão da religiosidade – cuja culminância eram as festas aos santos. No Brasil, tais festas eram, tradicionalmente, organizadas por confrarias e irmandades que agiam de forma autônoma, sem a necessidade de um vigário, salvo para celebrar a Missa, o que evidenciava independência para com a hierarquia eclesial. Isso com o agravante, na

visão da hierarquia, de não colocar o centro da espiritualidade nos sacramentos, sobretudo nos da Penitência e da Eucaristia. (OLIVEIRA, 1985, p. 282-284).

A romanização consistiu em bispos, padres e congregações religiosas pautarem suas ações objetivando moldar o catolicismo brasileiro ao modelo romano (AZZI, 1983), o que implicou a mudança de dependência da Coroa lusitana para a Cúria romana. O aspecto político dessa tentativa de implantação de um novo modelo ficou mais evidente quando se passou a considerar a Proclamação da República, em 1889, e o ano seguinte, quando houve a separação oficial entre a Igreja e o Estado, marcos significativos no processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, por terem implicado a possibilidade de efetivação de maior vinculação com Roma.

Nesse processo, foram elementos importantes a introdução de devoções de origem europeia, novos santos dos quais se incentivava o culto e cujas festas passaram a ser organizadas pelos vigários. Esses aproveitavam tais ocasiões para, paulatinamente, introduzirem uma espiritualidade de cunho mais sacramental. Além disso, em substituição às antigas irmandades e confrarias, eram propostas outras entidades, quase sempre ligadas a uma das novas devoções, todas fundadas e dirigidas por padres, pois a tutela clerical – o poder nas mãos dos vigários – era um ponto chave no processo de romanização. (OLIVEIRA, 1985). As entidades propostas nem sempre eram novas no sentido de recém-criadas, embora algumas o fossem. Eram evidenciados como novos elementos as diferenças na organização das instituições e a contribuição delas proveniente para a romanização.

Exemplificando, uma das devoções incentivadas com ênfase era à Imaculada Conceição, difundida sobretudo através da Sociedade das Filhas de Maria e da Congregação Mariana. Fica-se com apenas esse exemplo porque ele teve incidência direta na Universidade Católica de Pernambuco.

A introdução dos novos santos para devoção dos fiéis não significou mudanças em relação às funções atribuídas aos anteriores; permaneciam as de proteger e cumular de graças os seus devotos, mediante a realização de promessas, procissões, novenas, festas etc. A diferença é que o papel de guardião do santo e promotor das festas passou a ser desempenhado pelo vigário. (OLIVEIRA, 1985, p. 327-328).

A romanização aconteceu, portanto, em um processo através do qual a estrutura eclesiástica assumiu o controle de todo o aparelho religioso. Para tanto, a Santa Sé forneceu não apenas o modelo, mas também os agentes, destacando-se, entre eles, as congregações religiosas, que passaram a vir atuar em conventos, seminários, santuários, paróquias, hospitais, escolas etc (OLIVEIRA, 1985, p. 291-293). O fato de as escolas serem citadas como local de atuação merece destaque pela relação direta com o caso estudado.

Assim, os religiosos passaram a assumir papéis que deram eficácia à reforma que se intentava. Dentre esses religiosos, os Jesuítas tiveram destacada importância. Eles e outros de diversas congregações atuaram, nos centros urbanos, em atividades como as supracitadas, destacando-se, em eficiência, a instituição de colégios e as igrejas e paróquias que assumiram. (AZZI, 1983, p. 17). Em âmbito rural, destacaram-se as missões.

Tais agentes afluíram para o Brasil em grande quantidade, pois a separação entre a Igreja e o Estado facilitou-lhes a vinda a partir da Europa, onde muitas congregações estavam em crise devido ao crescimento do laicismo e do liberalismo. Na confluência desses dois fatores, o Brasil apareceu como opção para se vir lutar por um modelo de Igreja tridentina e antiliberal (AZZI, 1983, p. 18).

Dentre as várias manifestações da política de romanização da Igreja do Brasil, as cartas pastorais passaram a ser adotadas como instrumento de difusão das palavras de ordem eclesiástica, junto à convocação de sínodos. (MIRANDA, 1988, p. 39-40).

Nesse ponto, destaca-se a Pastoral Coletiva de 1915, importante por representar um posicionamento consensual do episcopado brasileiro na época, em sua forma de trazer respostas pastorais aos problemas concretos da Igreja e, sobretudo, por ter funcionado de fato e de direito como constituição eclesiástica e guia pastoral da Igreja no Brasil até começarem a ser implantadas as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. É um documento dividido em seis títulos, dos quais o primeiro se encerra recomendando as escolas católicas como vantajosas para a fé. (OLIVEIRA, 1985, p. 298).

Houve reuniões de parcelas do episcopado ou da sua totalidade que, traduzindo, a partir da romanização, a necessidade de se unificarem as medidas pastorais, deram origem a pronunciamentos a favor da ideia de universidade católica no Brasil, inclusive citando-se o Recife como possível sede. (CABRAL, 2009, p. 26-29).

Buscando atingir setores variados dos grupos e classes sociais das cidades e do campo, a Igreja preocupou-se, também, em uma clara evidência da diversificação do catolicismo romanizado, com a intelectualidade urbana. Essa preocupação traduziu-se concretamente em ações lideradas por Dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo, Pe. Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima. Começando com a criação da revista *A Ordem*, em 1921, e um ano depois, do *Centro Dom Vital*, sucessivamente foram implementados novos movimentos. Entre esses está o embrião da Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores. A partir daquele contexto, leigos começaram a ler a Bíblia, a buscar conhecer e discutir Teologia e Filosofia Tomista, a participar ativamente da Missa. Eram, enfim, crenças e práticas adequadas a intelectuais. (OLIVEIRA, 1985, p. 312-313).

Para reforçar a educação católica, importante na romanização da Igreja, foi fundada, em 1945, a AEC (Associação de Educadores Católicos), que, depois, passaria a ser Associação de Educação Católica. A AEC nasceu em meio a lutas

entre liberais e católicos, entre escola pública e privada, e assumiu as defesas da escola privada, da liberdade de ensino e do direito de a família escolher o tipo de escola que desejasse para seus filhos. Assumiu, também com afinco, a tarefa de aperfeiçoar a escola católica, com a finalidade de preparar elites cristãs capazes de influir na sociedade. (PAIVA, 1991, p. 284-285).

Dentro dessa entidade, surgiu, em janeiro de 1952, a ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas), considerada o órgão competente e especializado da AEC em tudo o que diz respeito ao ensino superior.¹ A Universidade Católica de Pernambuco esteve ligada a esse órgão desde que ele começou a existir.

Na mentalidade católica que foi sendo criada pela romanização, passou a ser importante, na doutrinação e na catequese, o combate ao protestantismo, ao espiritismo e às religiões afro-brasileiras. Em sintonia com o mesmo processo, do ponto de vista político era importante combater o comunismo e qualquer movimento que pudesse significar alteração do quadro e da ordem sociais vigentes.

Nesse contexto, começaram a surgir as Faculdades e Universidades Católicas no Brasil, tendo a finalidade de contribuir, em seu campo de atuação, com a marcha da Igreja romanizada no país.

2 A Missão Portuguesa e a Congregação Mariana

No caso específico da Universidade Católica de Pernambuco, outro acontecimento político-eclesial, ocorrido fora dos limites do Brasil e em fases anteriores ao seu surgimento, colaborou com a preparação das condições que

¹ Esta forma de considerar a ABESC é do parágrafo 1º, do artigo 1º dos seus Estatutos, e está citada na documentação preparatória ao III Encontro Especializado de Professores de Introdução à Ciência do Direito (Arquivo morto da reitoria da Universidade Católica de Pernambuco, pasta 14).

possibilitaram a sua existência: a Proclamação da República em Portugal, no ano de 1910, e a subsequente expulsão dos Jesuítas do seu território.

As facilidades de entrada de estrangeiros e as afinidades culturais e linguísticas fizeram com que o Brasil se apresentasse aos Jesuítas exilados como uma vantajosa opção. A situação política portuguesa implicou o exílio de toda uma Província, que, tendo dois colégios de nível elevado (Campolide e São Fiel), colocou em disponibilidade para os superiores da Missão Portuguesa que se estabeleceu no Brasil, educadores dotados de qualificação e experiência. (AZEVEDO, 1986, p. 6, 23).

Várias atividades foram paulatinamente aceitas em diversas dioceses do Brasil; missões também foram assumidas. Entre todas, o Colégio Vieira, de Salvador, deu coesão à Missão Portuguesa e dela expandiram-se as demais atividades dos Jesuítas no Nordeste. Em torno do Colégio Vieira, outras casas foram-se estabelecendo. No âmbito do próprio Colégio, objetivando torná-lo um centro de apostolado, foram implementadas outras atividades, das quais se destaca a Congregação Mariana Acadêmica, fundada em maio de 1916. (AZEVEDO, 1986, p. 56, 70).

A Congregação Mariana, pela importância que teve para a Universidade Católica de Pernambuco, enseja o destaque de parte da sua história.

Terminado o Concílio de Trento, em 1563, a Igreja preocupou-se com o como fazer passar as decisões conciliares para a vida cotidiana dos fiéis, levando-os a compreenderem a necessidade de se confessarem com regularidade, comungarem com frequência e venerarem a Cristo presente na Eucaristia. A essa preocupação, os Jesuítas responderam, reunindo em seus colégios associações para ensinar, segundo a diversidade dos membros dos grupos, os princípios do Concílio. (MAIA, 1992, p. 31).

Nessa perspectiva, insere-se o papel da Congregação Mariana, associação que, para atingir maior eficácia, precisava extrapolar os muros dos colégios, indo desses às cidades, buscando atingir todas as classes. Dos congregados exigiam-se boas obras que os transformassem em verdadeiros missionários, multiplicando as conquistas em cada recanto, já lançando mão de obras de caridade. (MAIA, 1992, p.32-33).

Segundo os ideais da Congregação Mariana, entre as atividades que definiam o perfil de um militante católico, a partir das primeiras décadas do século XX, podem ser citadas a participação em atividades anticomunistas, magníficas paradas de fé, retiros fechados durante o carnaval, atividades sociais etc. (MAIA, 1992, p. 66-67).

A relação entre Congregação Mariana e Companhia de Jesus é tão forte que, na expressão de um historiador jesuíta,

enquanto outras Ordens e Congregações Religiosas fundadas no Século XVI, e mesmo muitas das já antes existentes, tinham suas Ordens terceiras ou filiações semelhantes, a dinâmica da espiritualidade inaciana floresceu nas Congregações Marianas. (AZEVEDO, 1986, p. 132-133).

Um ano depois da fundação da Congregação Mariana do Colégio Antonio Vieira, portanto em 1917, voltaram os Jesuítas a estabelecer um Colégio no Recife, desta vez ao encargo da Missão Portuguesa, atendendo à solicitação de Dom Sebastião Leme, que, para tanto, lhes vendeu a anterior residência episcopal – o Palácio da Soledade.

Partindo do Colégio Nóbrega, uma Congregação Mariana estabeleceu-se no Recife, em 1924, depois que o então arcebispo, Dom Miguel de Lima Valverde fizera a solicitação um ano antes. (MIRANDA, 1988, p. 60). A atenção que, neste artigo, é dedicada a essa Congregação Mariana deve-se ao fato de ser um movimento eclesial, de cunho mariano e jesuítico, seguindo a linha do catolicismo romanizado e por ter sido elemento de preparação do terreno intelectual para a

Universidade Católica.

A trajetória da Congregação Mariana no Recife está intimamente associada ao Pe. Antonio Paulo Cyríaco Fernandes, jesuíta, que chegou à capital pernambucana em 1923. As atividades do Pe. Fernandes centraram-se, prioritariamente, na Congregação Mariana e na *Liga para a Restauração dos Ideais*. A Liga, criada em 1926, sob sua direção, foi uma associação patriótico-religiosa, trazida para o Nóbrega como uma transposição de uma experiência que se vivenciava no Colégio Vieira. Ela objetivava combater as doutrinas de esquerda, o espiritismo e a maçonaria. (AZEVEDO, 1986, p. 127-130).

Em 1929, o Pe. Fernandes assumiu, também, a direção da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica (CMMA), que, estando meio estática, foi reativada pela Liga. Naquele mesmo ano, foi inaugurada a Associação Desportiva Acadêmica (ADA), iniciativa do Pe. Fernandes e de alguns congregados. A Congregação Mariana do Colégio Vieira havia criado, em Salvador, uma pensão para universitários de poucos recursos. (AZEVEDO, 1986). A ADA seria uma sucedânea sua no Recife, onde também se visava a que ela fortalecesse os princípios religiosos da Congregação Mariana (MIRANDA, 1988, p. 62) e que seus associados desenvolvessem a cultura física através das práticas desportivas.

Com a ADA, pretende o Padre Fernandes não só promover a educação física da mocidade acadêmica, mas dotar o Recife dum centro esportivo em que se possa respirar uma atmosfera mais moralmente sadia. Instalado no centro da cidade, com vasto terreno e ampla séde, dispondo de campo de “volley-ball” e dum excelente “court” de tennis, é a “ADA” o único clube esportivo católico oficializado em todo o Brasil e já hoje faz parte da Federação Nacional, tendo obtido brilhantes resultados nas competições publicas. (LUBAMBO, 1940, p. 107).

Depois de reativada a CMMA, uma das suas principais bandeiras de luta foi pelo ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Para isso, foi feita propaganda que incluiu distribuição de boletins e realização de manifestações públicas.

Foi nesse ambiente que se fundou, sob os seus [*do Pe. Fernandes*] auspícios, a “Ação Universitária Católica” e bem assim o “Centro Dom Vital” do Recife, que é onde se reúne atualmente o que temos de mais serio em materia de cultura catolica superior. Foi também sob os seus auspícios que se fundou a famosa U. N. C. D. P. [*União Nacional Católica por Deus e pela Pátria*] – organização que chamou a atenção pelo seu ar marcial, e à qual devemos a memoravel campanha de ensino religioso nas escolas publicas. Todas essas associações – que abarcam desde o esportivo até as mais puras praticas da devoção – tudo animado de seu grande entusiasmo apostolico, impõem-se ao reconhecimento de todos nós. Numa terra em que as normas de moralidade não fossem “questões abertas”, como neste país, teriam elas subvenções. Aqui preferem subvencionar os cordões carnavalescos. Mas sem me voltar contra os poderes públicos já tão carregados de empresas e experiencias de luxo, devo chamar a atenção de alguns catolicos para uma obra de tal alcance. A Congregação Mariana do Recife com as suas organizações colaterais – departamento esportivo, círculos de estudo, cruzadas de piedade, biblioteca, etc. – é hoje uma instituição conhecida em todo o Brasil e de toda a parte – da Baía, de São Paulo, do Rio – vem recebendo os maiores aplausos. É a mais completa organização de todo o Brasil, dizem-no pessoas que conhecem de perto as organizações similares das nossas grandes capitais (LUBAMBO, 1940, p. 108).

O Pe. Fernandes, do ponto de vista político, foi um homem de direita, antiliberal e defensor do corporativismo. (AZEVEDO, 1986). Aliás, o liberalismo que, em Portugal, ocasionou a situação de exílio para a Província jesuítica, era, acidentalmente, um reforço do antiliberalismo pré-existente e marcava o processo de romanização. Os Jesuítas da Missão Portuguesa, na confluência da vontade explícita – a implantação do modelo romanizado de Igreja – com uma casualidade circunstancial – a Proclamação da República em Portugal e o exílio subsequente – encontravam-se atuando no Brasil, no Recife, em um contexto que, quanto ao combate ao liberalismo, seria similar em seu país.

Ainda nesse contexto de relação com Portugal, em setembro de 1935, foi inaugurada a igreja do Colégio Nóbrega, dedicada a Nossa Senhora de Fátima, invocação que, em Portugal, passou a significar oposição a um secularismo vingativo, conotação que se estendeu a parcelas do mundo cultural português. (AZEVEDO, 1986, p. 122). Essa igreja foi o centro das manifestações religiosas da Universidade Católica no período estudado.

A guerra contra o comunismo foi um grande empenho do Pe. Fernandes e da CMMA, levando-o a vangloriar-se do sucesso obtido pelos seus congregados marianos na luta empreendida com tal finalidade, na década de 1930. Isso explica, parcialmente, por que, a partir dos quadros da Congregação, foram recrutados alguns dos nomes que fizeram parte do secretariado de Agamenon Magalhães, quando interventor em Pernambuco, a partir de 1937². Dentre esses nomes, destaca-se Manuel Lubambo, na Secretaria da Fazenda, Arnóbio Tenório, na Secretaria de Governo, Nilo Pereira, em Imprensa e Educação e Apolônio Sales, na Secretaria da Agricultura³. (PANDOLFI, 1984, p. 48). O destaque se deve ao relacionamento que existiu entre eles e o reitor do período estudado, estendendo-se a relação, de certa forma, ao próprio Agamenon Magalhães (CABRAL, 2009, p. 59-60). Aliás, destaca-se que Arnóbio Tenório e Nilo Pereira foram professores da Universidade Católica.

A pertença de Nilo Pereira aos quadros da Congregação reforça o depoimento do Prof. Gilvandro Coelho (1993) sobre o que motivava ser professor das Faculdades “Manoel da Nóbrega” e de Comércio e Economia: “contribuir com a formação de uma cultura católica na cidade do Recife”. O citado Professor Gilvandro, era membro da Congregação Mariana, da qual foi presidente. No depoimento supracitado (1993) recordou-a

como se fosse um instituto de cultura, onde conversávamos e discutíamos os problemas. Havia reuniões com debates acalorados sobre assuntos de interesse nacional. Dela faziam parte muitos interessados: alunos da Universidade ou católicos de fora que também a integravam. No meu entender, ela não tinha ligação *direta* com a Universidade, embora as reuniões acontecessem dentro dela: no Colégio Nóbrega ou na ADA.

Com relação à Associação Desportiva Acadêmica (ADA), cujos início e finalidade já foram abordados, era dinâmica a vida naquele pensionato que girava

² Apesar da confluência de esforços na luta contra o comunismo, o Interventor Agamenon Magalhães se queixou do Pe. Fernandes ao Cardeal Leme, dizendo ser aquele “zeloso demais” e que “via comunistas em todo canto” (AZEVEDO, 2006, p. 51).

³ A historiadora excluiu de sua relação os nomes de Artur Moura (Secretário de Justiça), Gercino de Pontes (Secretário de Viação) e Novais Filho (Prefeito do Recife), *por não fazerem parte do esquema religioso*. Consultando parte da documentação, o autor encontrou os nomes de Artur Moura e de Etelvino Lins em atividades da Congregação Mariana. Embora participações não impliquem vínculos institucionais, elas representam, pelo menos, algum nível de identidade e simpatia para com as causas defendidas pela Congregação.

em torno de dois polos: estudos e esportes. Uma tônica, no grupo, era a questão moral, com a qual se era extremamente exigente em nível estatutário. (MIRANDA, 1998, p. 62). Depois de períodos aparentemente harmoniosos vividos sob a direção do padre jesuíta Antonio dos Santos Abranches, a sua substituição, em março de 1956, pelo também jesuíta Pe. Rolland Lachance, ocasionou problemas na relação com os pensionistas, ditados sobretudo pela impulsividade do novo diretor. No entanto, o fim do pensionato já tinha sido decidido pela Companhia⁴, antes do acerto definitivo entre o Colégio Nóbrega e a Universidade Católica sobre os terrenos que compunham a ADA, os quais foram vendidos para que neles fosse construído o *campus* da Universidade.

Aliás, quando o depoente supracitado afirma que os congregados se reuniam dentro da Universidade e detalha os locais das reuniões, como o Colégio Nóbrega (onde eram ministradas as aulas) e a ADA (pensionato de alguns estudantes), há uma clara alusão à inexistência do *campus*.

Fechada a ADA, continuou atuando a Congregação Mariana. Aliás, no mesmo ano de 1956, fundou-se, na Universidade Católica, um novo grupo para a formação de uma elite no meio universitário. Pouco depois, essa Congregação tomou a orientação das Congregações Marianas de Pernambuco⁵.

3 A romanização na Universidade Católica de Pernambuco

A atenção dispensada à CMMA está ligada ao fato de ela, enquanto organização ligada à Igreja, através da Companhia de Jesus, corresponder às características do processo de romanização, ter alcançado posição elevada e ter contribuído com a formação de quadros intelectuais, uma vez que era uma espécie

⁴ Cartas: dos pensionistas da ADA ao Pe. Bannwarth, em 03 de julho de 1956; do Pe. Bannwarth aos pensionistas, em 09 de julho de 1956; do Pe. Bannwarth ao Pe. Superior (não especifica quem, provavelmente o Pe. Mosca que havia, então, recentemente assumido a direção da comunidade), em 19 de julho de 1956; e do Pe. Bannwarth ao Pe. Lachance, em 04 de agosto de 1956 (Arquivo da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus, caixa "Universidade").

⁵ Arquivo morto da reitoria da Universidade Católica de Pernambuco, pasta 55.

de *instituto de cultura*, na expressão usada pelo Professor Gilvandro. Também porque, como expressou Néelson Saldanha (1993),

a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Manoel da Nóbrega’ se organizou como Faculdade, e a Católica como Universidade, na continuidade do que havia sido a Congregação Mariana, do que havia sido a ADA. [...] Há uma continuidade cronológica, consistindo no aproveitamento do prestígio social da Congregação, sobretudo em certos setores, e no aproveitamento dos professores.

Entretanto, é possível acenar para uma continuidade não só cronológica, mas também orgânica, ao menos no que concerne aos pontos essenciais da romanização, existentes na atuação da Congregação Mariana, que continuaram na caminhada da Universidade. Tal organicidade se deu a partir da linha que a romanização imprimia à Igreja e aos grupos e instituições a ela vinculados. Esses grupos tinham, nessa vinculação, a fonte da sua mística, a sua própria razão de ser.

Os seguintes pontos deram o cunho de continuidade orgânica: as atividades anticomunismo; a busca de uma espiritualidade centrada nos sacramentos; o culto a novas devoções com manifestações de verdadeiras “paradas de fé”, no caso Nossa Senhora de Fátima, o que também se revestiu de uma conotação de antiliberalismo por causa do significado político adquirido a partir das contingências que determinaram o nascimento da instituição na esteira das atividades da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste; e, na especificidade de um centro de ensino superior, ainda que com acentuadas lacunas, na predominância de uma linha de pensamento tomista.

A existência ou não de sintonia com os pontos essenciais da romanização explica, então, a força de penetração de que podiam ou não dispor determinados grupos, mesmo que também vinculados à Igreja, na dinâmica da Universidade Católica de Pernambuco na fase estudada. É o caso, por exemplo, da JUC (Juventude Universitária Católica).

A JUC, desde que teve sua criação formalizada em 1950, assumiu uma postura de envolvimento apenas com objetivos de ação exclusivamente espirituais, fazendo os universitários se convencerem do primado dos conceitos morais e humanos, emanados da fé, sobre o materialismo. Porém, a partir do uso do método da Ação Católica, baseado na trilogia *ver, julga r e agir*, os militantes da JUC começaram a descobrir a possibilidade da prática política, sem que se abandonasse o princípio espiritual. Ampliava-se a abrangência da ação que passava a visar não só à evangelização, mas à harmonização das estruturas sociais. (ROSAS, 1992, p. 134-135).

Tal postura não predominava na Igreja e pode ser vista como um movimento precursor, no Brasil, do que viriam a ser as modificações propostas pelos desdobramentos do Concílio do Vaticano II, embora a JUC tenha sobrevivido muitos anos após o término da referida assembleia conciliar.

Essa dissonância com o ritmo da marcha predominante da Igreja no Brasil ajuda a entender a constatação de Paulo Rosas, ele mesmo ex-presidente da JUC no Recife, em 1952, que, em depoimento (1993), afirmou:

Na Universidade Católica, a JUC era inexpressiva. Não havia receptividade para com ela, não havia clima favorável... As pessoas que eram da Universidade e participavam da JUC, vinham por outras razões. [...] A atitude da Católica não era contrária à JUC, era de certa indiferença. Lembro que, em alguns momentos, tentei desenvolver algo nesse sentido e, se não encontrei dificuldade, também não encontrei nenhuma facilidade, o que seria esperável em uma escola adjetivada.

A expectativa proveniente da adjetivação católica a que se referiu o entrevistado tem, em sua formulação, a opção por um modelo pastoral, por um método de ação que, como já acenado, não era o que se buscava seguir na Universidade Católica em um período em que estava muito mais sintonizada com a romanização da Igreja. No âmbito eclesial brasileiro, havia divergências entre a Ação Católica e as associações diversas, sobretudo com as Congregações Marianas. Tais divergências tornaram-se mais acentuadas com as ondas de reformas em

matéria social, defendidas por setores da Igreja, na década de 1950, que chegavam a assustar os romanizados majoritários, avessos a essas reformas. (LUSTOSA, 1991, p. 139).

Com relação às atividades anticomunismo, há numerosos exemplos, começando por uma carta do Pe. Bragança ao Pe. vice-provincial, na qual ele falava do oferecimento da Faculdade de Comércio e Economia⁶ e dos planos da Revista *Verdade e Vida*. Nela, discorrendo sobre uma proposta do Pe. Sabóia de realização de uma Semana de Serviço Social em Pernambuco, assim se referiu o então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega”:

Parece-me que não devemos deixar passar qualquer oportunidade de fazer bem nesse setor, e sobretudo em Pernambuco, onde os erros comunistas estão tão patentes; além disto, parece-me tudo muito bem enquadrado no espírito das últimas cartas do Pe. Geral sobre o mesmo assunto de guerra ao comunismo ⁷.

A Revista *Verdade e Vida* pautou-se nessa linha, em vários dos seus artigos⁸ e há testemunhos dos ex-alunos sobre a questão. O padre salesiano Giacomo Gallo registrou, em depoimento (1993): “Lembro-me da influência do Pe. Bragança na cidade, nas grandes ocasiões. Não recordo a data, mas sei que houve, certa vez, uma manifestação anticomunista, na qual ele falou em praça pública”.

Essa preocupação anticomunista – salienta-se – vinha das orientações de Roma (tanto da Santa Sé, quanto da Cúria dos Jesuítas), passava pela hierarquia local e atingia os grupos e instituições católicos sintonizados com a romanização, entre eles a Universidade Católica de Pernambuco, como seguidora intelectual do que fora a CMMA nos tempos do Pe. Fernandes, embora as duas entidades ainda estivessem convivendo.

⁶ Esta instituição foi oferecida aos Jesuítas, pelo seu mantenedor, sem qualquer exigência de compensação financeira.

⁷ Carta do Pe. Francisco Tavares de Bragança ao Pe. vice-provincial, em 19 de dezembro de 1947 (Arquivo da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus, caixa “Universidade”).

⁸ Existe uma análise dos temas que ocuparam a publicação em seus dois anos de circulação (CABRAL, 2009, p. 56-57).

Examinando jornais da época, sobretudo a Folha da Manhã, em uma seção que circulava aos domingos, chamada *Página Católica*, foram encontrados numerosos artigos com a temática anticomunista. Outros aspectos que preocupavam a Igreja e também podem ser vistos em outros jornais, eram a preocupação com o vestir-se segundo a moralidade, a análise dos filmes em exibição – aos quais era atribuída uma cotação moral – e até o ensino de formas corretas de pronunciar expressões de algumas fórmulas de orações.

A busca de uma espiritualidade centrada nos sacramentos estava presente na prática pastoral dos agentes da Universidade Católica, sendo um aspecto que se ligou intimamente à devoção a Nossa Senhora de Fátima. Nesse contexto, insere-se a significação de Sessões de Estudos realizadas em comemoração ao Congresso Eucarístico Internacional, que, em 1955, aconteceu no Rio de Janeiro. A oportunidade de enfatizar pontos essenciais da doutrina católica não foi perdida pela Universidade⁹.

Na questão sacramental, as Sessões de Estudos referidas estabeleceram ligações através de uma conferência em que Nilo Pereira associou a unidade eucarística de Cristo com a Igreja à simbologia do casamento cristão (ver a nota 9), significando preocupação da Universidade Católica também com o sacramento do matrimônio.

A questão incidia na indissolubilidade do vínculo, ponto de muita importância para a doutrina católica, e repercutiu em uma Universidade sintonizada com a romanização, processo no qual a defesa da doutrina e a centralização da espiritualidade nos sacramentos são aspectos vitais. Como a questão divórcio arrastou-se por longos anos, somente vindo a um termo em época

⁹ O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, de 17 a 24 de junho de 1955, ensejou uma homenagem da UNICAP, nos dias 27 a 29 de maio daquele ano, sob a forma de Sessões de Estudos, com a seguinte programação: Dia 27 – Abertura (Pe. Bragança); “A eucaristia, sacramento de nossa união com Cristo” (D. Pedro Bandeira de Melo, OSB) e “A unidade eucarística de Cristo com a Igreja, figurada no matrimônio cristão” (Nilo Pereira). Dia 28 – “A eucaristia, mistério de fé por excelência, princípio de luz para o pensamento humano” (Luiz Delgado) e “A eucaristia, síntese da história” (Jordão Emerenciano). Dia 29 – “A eucaristia e o sentido social da fraternidade humana” (Pe. Mosca) e Encerramento (Dom João Batista Portocarrero Costa, arcebispo coadjutor de Olinda e Recife). As sessões aconteceram às 20h, no auditório da Faculdade de Filosofia. Foi impresso um convite-programa. Cf. Livro de recortes e convites, 1951-1956 (Arquivo morto da reitoria da Universidade Católica de Pernambuco).

bastante posterior ao período estudado, a continuidade da luta fez com que, em 1956, os alunos do Curso de Sociologia promovessem um *Debate sobre o Divórcio*, noticiado com antecedência por um órgão da imprensa católica – A Tribuna, que, dessa forma, convidava os interessados. Não há registros de quem apresentou um trabalho sobre o divórcio, que foi seguido de discussão orientada pelo Pe. Pedro de Melo, jesuíta.¹⁰

Acima foi feita referência à associação, dentro da Universidade Católica, no período limite do estudo, entre a espiritualidade centrada nos sacramentos e a devoção a Nossa Senhora de Fátima. A vida religiosa da Universidade, em nível de práticas, gravitava em torno da igreja de Fátima, do Colégio Nóbrega. Era ponto alto de manifestações o mês de maio, particularmente o dia 13 e, depois, por extensão, o dia 13 de cada mês¹¹.

Vivenciava-se o dia 13 de cada mês com uma paralisação das aulas, Missa e procissão no quarteirão, sendo toda a manifestação fortemente marcada pelos dons de orador sacro do reitor, como atesta o depoimento de Francisco Alberto C. da Cunha (1993):

O Pe. Bragança era ligado à Nossa Senhora de Fátima, com as comemorações do dia 13, que não tinham nada com a Universidade. Mas, a cada dia 13, ele liberava os alunos que quisessem participar. Havia Missa às 19h, depois procissão e aquela solenidade com o seu célebre discurso.

A referência do ex-aluno de que não tinha nada com a Universidade é um destaque de que não era sua promoção, embora a atingisse, tanto que, em seguida, ele destacou a dispensa dos alunos. Se não eram paradas de fé, no sentido de uma grandiosidade numérica ostensiva, para alguns alunos eram, literalmente, paradas as aulas por questões de fé. A essas manifestações em torno da devoção a Nossa Senhora de Fátima, afluíam outras pessoas atingidas pela influência da ação pastoral dos Jesuítas, através do Colégio Nóbrega ou da Universidade Católica.

¹⁰ A Tribuna, 13 de outubro de 1956. O debate foi realizado no dia 18 de outubro.

¹¹ 13 de maio assinala, para os devotos, a data da aparição de Nossa Senhora em Fátima (Portugal), em 1917. Não cabe nas finalidades e nos limites deste artigo qualquer discussão sobre dar ou não credibilidade ao fenômeno.

Aliás, não só o dia 13 atraía os fiéis. Em um tempo em que a cidade era menor e a locomoção mais fácil, muitos alunos e professores iam à Missa dominical na igreja de Fátima.

Assim, pode-se afirmar que o *discurso* do reitor nos dias 13, assim como as Missas dominicais e outras que eram celebradas, significavam oportunidades de doutrinação e de prática sacramental, pois a própria Missa era parte integrante da vivência da devoção a Nossa Senhora de Fátima.

Embora não houvesse um grupo organizado enquanto movimento constituído a partir da devoção em apreço, informalmente ele existia, ao menos na percepção das pessoas; pois a convocação para a homenagem prestada como despedida ao primeiro reitor, depois de formalizada sua transferência, ao citar os grupos convocados – uma vez que, segundo a nota, o tempo não permitiu imprimir convites –, incluía os *fiéis de Fátima*¹².

Tal foco devocional mariano levou os estudantes universitários do Recife a deliberarem consagrar suas três universidades a Nossa Senhora, em uma cerimônia a ser realizada durante Missa celebrada pelo arcebispo, Dom Antonio de Almeida Morais Júnior, na igreja de Nossa Senhora de Fátima¹³.

O modo de funcionamento de um aparelho religioso pode ser descoberto analisando-se a prática pastoral de seus agentes. (OLIVEIRA, 1985, p. 296). Assim, o exame de toda a ação jesuítica no Recife da época permite compreender e inserir a vivência religiosa de estudantes e professores da Universidade Católica naquele amplo projeto, que tinha outro de ainda maior amplitude a lhe dar respaldo e justificação – o da Igreja romanizada.

¹² Jornal do Commercio, 16 de janeiro de 1957.

¹³ Livro de recortes e convites, 1951-1956 (Arquivo morto da reitoria da Universidade Católica de Pernambuco). O convite não explicita, mas a nota publicada na Folha da Manhã, em 07 de novembro de 1954, diz que os estudantes das Universidades Católica, Rural e do Recife, por iniciativa dos componentes da JUC, resolveram consagrá-las à *Virgem de Fátima*.

Em uma preocupação com crenças e práticas mais adequadas a intelectuais, refletindo aspectos do processo de romanização, devia estar a predominância de uma linha de pensamento tomista. Nélon Saldanha, que foi aluno do Curso de Filosofia, registrou em depoimento (1993):

Havia, naquele tempo, nitidamente, o predomínio absoluto do Tomismo. E como eu não era católico, não era tomista, para mim era um pouco difícil fazer aquele curso, se bem que os padres não impusessem expressamente uma orientação, salvo um ou dois que de alguma forma cobravam essa adesão, às vezes indiretamente. Embora de um modo geral não houvesse muito essa preocupação expressa, havia um clima intelectual tomista, uma dominância doutrinária do Tomismo. Não era expressa, mas havia uma coincidência com o pensamento oficial da Igreja. Não creio ter percebido uma pressão oficial da Igreja, mas havia a coincidência. Era como se a Igreja fosse a Igreja da Encíclica *Eternae Patris*, que instituiu o Tomismo como doutrina oficial da Igreja. Não se discutia que a orientação era tomista, por que era o próprio ponto de partida. Não se questionava por que as questões já estavam dadas de antemão. Tudo já estava pré-resolvido, porque o que valia era a *Suma* de São Tomás de Aquino com os comentários clássicos e os modernos.

Uma vez que não houve acesso, para análise, de material didático específico do curso de Filosofia, e como os programas obedeciam ao que se determinava no Ministério da Educação, pois deviam assemelhar-se aos das *Universidades do Governo* (conforme expressão encontrada em documentos), buscou-se aquilatar a importância do tomismo na Universidade através dos depoimentos de ex-alunos de Filosofia. Vaudrilo Curado (1993) abordou o aspecto através de outro viés da vida universitária:

Nós tivemos, no Diretório Acadêmico, a ideia de fazer um curso de extensão e, uma vez que na época era dominante o pensamento filosófico neotomista, planejamos um curso sobre neotomismo, convidando alguns professores de fora. [...] Foi uma meia dúzia de grandes figuras da época que compareceram à Universidade e cada um dissertou sobre um aspecto diferente do Tomismo. O curso teve boa frequência e houve certa divulgação. Naquele tempo o meio cultural era menor e o curso repercutiu na cidade.

No período estudado, foram promovidos poucos cursos de extensão. Desses, um foi sobre o tomismo, o que é reflexo da sintonia da Universidade e da Ordem

Jesuíta com o pensamento oficial da Igreja. Evidentemente, sem que isso implicasse unanimidade de aceitação como filosofia básica, em qualquer das instâncias assinaladas. A preocupação foi com o resgate da predominância.

O senso de hierarquia eclesiástica é um dos traços essenciais da Igreja romanizada. A partir do momento em que se evidenciaram desentendimentos de Dom Antonio Moraes Júnior para com o primeiro reitor da Católica (CABRAL, 2009, p. 149-152), o arcebispo passou a ser menos frequente do que quando chegou ao Recife. Todavia, a Universidade não ficou sem a presença de membros daquela hierarquia. Dois eventos de significação para a vida interna da instituição e que podiam repercutir na cidade – o Curso de Extensão sobre Aspectos do Tomismo (setembro de 1954) e as Sessões de Estudos em homenagem ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (maio de 1955) – contaram, ambos, com a presença de Dom João Batista Portocarrero Costa, arcebispo coadjutor de Olinda e Recife.

Expressando-se esse senso perante as autoridades arquidiocesanas, a presença de padres – não apenas jesuítas – trabalhando na Universidade Católica (da reitoria a outros diversos cargos) era mais uma forma de também ele expressar-se, uma vez que a presença dos membros do clero inspirava um clima de respeito e obediência.

Destaca-se, ainda, que o arcebispo esteve presente na consagração das universidades a Nossa Senhora de Fátima. Embora o evento seja inserido na esteira da pastoral dos jesuítas na cidade, ele não foi uma iniciativa da Universidade Católica, pois partiu de componentes da JUC, entidade para com a qual a atitude do arcebispo também mudara. Todavia, aquele era um acontecimento tão inserido no modelo romanizado, que ele não teria por que furtar-se em termos de presença.

A prática do ecumenismo e o estabelecimento de um diálogo inter-religioso não eram pontos da Igreja romanizada, pois apenas posteriormente eles se tornaram importantes aspectos pastorais. Na Católica de Pernambuco, na fase

estudada, talvez pela sua própria condição de Universidade, houve convivência pacífica com alunos de outros credos, que nela não faziam proselitismo das suas religiões. Além disso, no âmbito universitário, a época já não comportava atitudes sectárias que contrariassem a especificidade universitária e a própria adjetivação católica. Isso sem configurar uma negação da romanização.

O próprio reitor abordou a questão ao escrever: “testemunho eloquente de bem-estar é dado pelos Protestantes, quer pastores, quer membros de suas seitas, que frequentam as nossas aulas, sujeitando-se a todas as exigências da nossa parte, tomando até, muitas vezes, parte em solenidades religiosas”¹⁴.

Apesar da exigência estatutária acerca do funcionamento da cadeira de Religião (artigo 28), não foram encontrados registros que permitam afirmar a regularidade de tais aulas em toda a Universidade no período estudado. Entretanto, houve iniciativas. Em carta do vice-provincial para o reitor, falando sobre o Pe. Lachance, a questão foi abordada:

Poderia V. R. aproveitá-lo também para as aulas de religião, que é absolutamente necessário introduzir no segundo semestre: faltando professores farei todo o sacrifício para fornecê-los. Vai da decência e do bom nome da Universidade Católica e Jesuítica. Conviria também organizar a Páscoa dos Universitários, corpo docente e discente, com a conveniente preparação¹⁵.

A questão das aulas de religião, da celebração da Páscoa e outras ocupavam a atenção dos Jesuítas¹⁶. O aspecto formal é necessário e, em se tratando de uma Universidade *Católica*, a atividade – aulas – também patenteia a adjetivação de forma condizente com o seu estatuto ontológico.

¹⁴ Alguns dados sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, 10 de maio de 1955 (Arquivo da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus, caixa “Universidade”). O termo *sujeitar-se* se refere bem mais à aceitação das normas vigentes na instituição, sem contestá-las, do que a imposições, exigências sob pena de discriminação. Quanto ao vocábulo *seitas*, usual, na época, não tinha, naquele documento, a conotação negativa que lhe é associada. O modo de agir do então reitor permite fazer tal afirmação.

¹⁵ Carta do Pe. Vice-provincial ao Pe. Bragança, em 27 de abril de 1956 (Arquivo da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus, caixa “Universidade”).

¹⁶ Outro exemplo dessa preocupação ficou evidente em uma carta que um Jesuíta escreveu de Bogotá, em 25 de agosto de 1956, recomendando aulas de Religião nas diversas Faculdades e em todos os cursos, além de atenção à Doutrina Social da Igreja (Arquivo morto da reitoria da Universidade Católica de Pernambuco, pasta 22).

Conclusão

Existe, paralelamente, na vida das instituições, o aspecto informal que, na maioria das vezes, tem mais eficácia em termos de transmissão de valores, uma vez que, nas ocasiões informais, não se fica na teorização, ao contrário, nelas se atinge, na vivência, o nível mais íntimo da vida. Um contingente menor de pessoas facilita que uma instituição possa tentar atingir, também por essa via, os seus objetivos. Isso era realidade na Universidade Católica de Pernambuco conforme há registros quanto aos campos comunitário, acadêmico e administrativo, intrinsecamente relacionados entre si.

Apesar da existência de frentes de atuação nas quais a Igreja romanizada não atingiu seus objetivos, no tocante às repercussões da romanização na Universidade Católica de Pernambuco, no período estudado (abril de 1943 a janeiro de 1957), o êxito é afirmado. Não houve o registro de reações significativas à ofensiva católica no âmbito interno, ou mesmo na totalidade do panorama da educação superior recifense, então ainda bastante incipiente.

Perpassando todos os aspectos abordados neste artigo, existia, como pano de fundo, a formação a que se visava atingir. Tal formação não podia ser levada a efeito de forma homogênea, em sua interiorização e incorporação, por cada um dos membros da instituição, por causa da dependência que era estabelecida para com outras circunstâncias como, por exemplo, o sentido ou não de pertença à comunidade eclesial, e a conseqüente adoção de uma linha pastoral que, quando divergente, podia conduzir a insatisfações e conflitos.

Apesar das limitações inerentes ao início de uma instituição de ensino superior, em um período no qual a própria vida universitária, no país como um todo, ainda dava os seus primeiros passos – e de forma acentuadamente heterogênea –, na Universidade Católica de Pernambuco, os objetivos da formação que se buscava implementar encontram sentido e compreensão quando inseridos no quadro referencial da Igreja romanizada.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ferdinand. **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste, 1911-1936**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1986.
- AZEVEDO, Ferdinand. **Procurando sua identidade: a difícil trajetória da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus nos anos 1937 a 1952**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2006.
- AZZI, Riolando (Org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Memórias de um cotidiano escolar: Universidade Católica de Pernambuco**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.
- LUBAMBO, Manuel. A obra apostólica do Pe. Fernandes, SJ. **Arquivo da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica**, Recife, v. 3, 1940.
- LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984.
- ROSAS, Paulo da Silveira. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Relação dos entrevistados

FRANCISCO ALBERTO CARNEIRO DA CUNHA. Foi aluno do Curso de Química (Bacharelado, 1952; Licenciatura, 1953). Concedeu seu depoimento no Recife, no dia 18 de junho de 1993.

GIACOMMO GALLO. Foi aluno do Curso de Letras Neolatinas (Bacharelado, 1955; Licenciatura, 1956). Concedeu seu depoimento no Recife, no dia 20 de maio de 1993.

GILVANDRO DE VASCONCELOS COELHO. Foi professor da Faculdade de Comércio e Economia, a partir do ano de 1946. Por ocasião da entrevista – Recife, 09 de junho de 1993 – era professor do Curso de Direito, do qual foi um dos fundadores.

NÉLSON NOGUEIRA SALDANHA. Foi aluno do Curso de Filosofia (Bacharelado, 1955; Licenciatura, 1956). Concedeu seu depoimento no Recife, no dia 13 de junho de 1993.

PAULO DA SILVEIRA ROSAS. Foi aluno do Curso de Filosofia (Bacharelado, 1953; Licenciatura, 1954). Concedeu seu depoimento no Recife, no dia 29 de junho de 1993.

VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO. Foi aluno do Curso de Filosofia (Bacharelado, 1955; Licenciatura, 1956). Por ocasião da entrevista – Recife, 15 de junho de 1993 – era professor do Curso de Direito.